

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: BENEFÍCIOS PERCEBIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SEI EM UM CAMPUS DA UFCG.

NAJARA MEDEIROS DE ARAÚJO

ROBSON FERNANDES BARBOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Resumo

Vive-se a era do imediatismo e do consumismo, onde tudo acontece muito rápido e se torna obsoleto ou descartável, causando um desequilíbrio ecológico sem precedentes. Frente a essa realidade, a necessidade de ser sustentável emerge como tentativa de reequilibrar o uso dos recursos naturais, econômicos e sociais e preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Esse é um esforço coletivo que ganha mais adeptos a cada dia e, para lograr êxito, necessita da colaboração de todos, inclusive dos órgãos públicos. Dentre as práticas de sustentabilidade dos órgãos públicos, a gestão de documentos ofereceu sua contribuição por meio da criação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4), ferramenta que modificou a forma de gerir documentos e processos ao substituir o papel pelo documento nato-digital e que atualmente está presente em muitos órgãos públicos. Dessa forma, o presente estudo objetivou analisar as contribuições alcançadas com a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no tocante às práticas sustentáveis no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizado em Sumé-PB. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, cujo procedimento metodológico empregado foi o estudo de caso. Para tanto, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de questionário com os servidores da instituição, a fim de se verificar a percepção dos mesmos com relação ao SEI e os aspectos sustentáveis provenientes do sistema, com base nas dimensões ecológica, econômica, social, psicológica e política. Por fim, objetivou-se propor um plano de ação para avaliação e destinação adequada dos documentos e processos físicos arquivados nos setores administrativos do CDSA, anteriores ao SEI. A pesquisa evidenciou que os servidores percebem o SEI como instrumento de gestão de documentos que promove a sustentabilidade no CDSA/UFCG.

Palavras Chave

Processos Eletrônicos, Sustentabilidade, Gestão de Documentos

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: BENEFÍCIOS PERCEBIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SEI EM UM CAMPUS DA UFCG

1 INTRODUÇÃO

Vive-se a era do imediatismo e do consumismo, onde tudo acontece muito rápido e se torna obsoleto ou descartável, causando um desequilíbrio ecológico sem precedentes. Frente a essa realidade, a necessidade de ser sustentável emerge como tentativa de reequilibrar o uso dos recursos naturais, econômicos e sociais e preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Esse é um esforço coletivo que ganha mais adeptos a cada dia e, para lograr êxito, necessita da colaboração de todos, inclusive dos órgãos públicos.

Dentre as práticas de sustentabilidade dos órgãos públicos, a gestão de documentos ofereceu sua contribuição por meio da criação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4), ferramenta que modificou a forma de gerir documentos e processos ao substituir o papel pelo documento nato-digital e que atualmente está presente em muitos órgãos públicos.

Dessa forma, o presente estudo objetivou analisar as contribuições alcançadas com a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no tocante às práticas sustentáveis no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizado em Sumé-PB.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) é localizado no município de Sumé-PB e iniciou suas atividades em 2009. Ao longo desses 15 anos de funcionamento muitos documentos e processos administrativos físicos foram gerados e tramitados cotidianamente, acarretando o acúmulo de massa documental em papel.

O volume de papel utilizado para gerar tais documentos, bem como os tóneres que alimentam as máquinas de fotocópia e impressão, vão na contramão do objetivo do CDSA, que é “contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido” (CDSA, s.d.). Destaca-se também que o acúmulo de papel em armários, prateleiras e estantes ocupam um espaço considerável, que poderia ser aproveitado para outras finalidades, geram um desperdício de tempo quando necessitam ser consultados e podem ser danificados ou extraviados.

Com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pela UFCG para gerir documentos e processos eletrônicos, a tendência é que se diminua cada vez mais a utilização de papel, tóner, máquinas de impressão e mobiliário (estantes e prateleiras) no CDSA; bem como traga benefícios a seus usuários, como facilidade no acesso à informação, transparência e celeridade na tramitação de processos.

Desta forma, e tomando como base os objetivos propostos quanto à utilização do SEI na UFCG, o presente estudo se propõe a responder à seguinte questão de pesquisa: “Quais as contribuições de cunho sustentável alcançadas com a implantação do SEI no CDSA?”. A resposta a essa questão proporcionará à gestão do CDSA estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável do Centro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quanto à formatação do corpo do texto, deve-se iniciar o texto com um espaço após o título das seções.

2.1 GESTÃO DE DOCUMENTOS

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional (2005, p.73), define “documento” como “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.” Já Gestão de documentos é a tradução para o termo *records management*, que surgiu nos Estados Unidos na década de 1940 durante as reformas administrativas por que passou aquele país, que vivenciava a expansão da massa documental sem tratamento técnico adequado, e tem como conceito, extraído do *Dictionnary of archival terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos, a “área da gestão administrativa geral na busca por economia e eficácia na criação, manutenção, uso e destinação final dos documentos” (Cinacchi; Bueno; Rodrigues, 2020, p.87).

Para esses autores, diferente do que aconteceu nos Estados Unidos, a gestão de documentos no Brasil aparece como reivindicação principalmente do Arquivo Nacional, com intuito de modernizar suas atividades técnicas na década de 1950, vindo a se tornar parâmetro para outros arquivos públicos nacionais (Cinacchi; Bueno; Rodrigues, 2020). A Lei Nacional de Arquivos, em seu artigo 1º, atribui ao Poder Público o dever da “gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (Brasil, 1991).

No âmbito da Administração Pública, o estabelecimento da gestão de documentos promove a racionalização da produção documental, otimização de recursos e garante a preservação de documentos importantes para a sociedade. Dessa forma, muitas instituições públicas mantêm seus próprios arquivos, como é o caso da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Apesar de haver previsão legal para existência de Arquivos Setoriais nos centros, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, campus da UFCG na cidade de Sumé, não possui Arquivo Setorial. Dessa forma, os documentos produzidos no CDSA até a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) normalmente ficam arquivados nos setores de trabalho onde são criados. Isso não pode ser visto como uma ação sustentável, pois gera um acúmulo de documentos físicos passíveis de deterioração ao longo do tempo, ocupa muito espaço e demanda tempo para ser consultado.

2.2 SUSTENTABILIDADE

Segundo Silva (2012), o vocábulo “sustentável” tem origem latina, *sustinere*, derivada do termo *citare*, que por sua vez tem origem na palavra *citus*. Respectivamente significam: apoiar, promover e rapidez. “Sustentabilidade, portanto, carrega em seu significado dois comandos bastante explorados pelo movimento ecológico: apoiar e promover, com o senso de urgência muitas vezes estabelecido pelos diferentes agentes do movimento - empresas públicas e privadas, Governos [...]” (Silva, 2012, p. 30).

É notória a importância da Organização das Nações Unidas (ONU) para a discussão da sustentabilidade no mundo. Desde 1972 a Organização promove conferências para tratar do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Ao passo que a ONU iniciava os debates sobre sustentabilidade, muitos autores se debruçaram sobre a temática. Sachs (2009), ao falar sobre biodiversidade, alerta para o fato de estarmos na “fronteira de um duplo imperativo ético: a solidariedade síncrona com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras. [...] A biodiversidade necessita ser protegida para garantir os direitos das futuras gerações.” (Sachs, 2009, p. 67). Esse pensamento coaduna com o significado de desenvolvimento sustentável apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum, fruto da primeira

Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, à qual Sachs ajudou a organizar.

Para além da sustentabilidade ambiental, Sachs (2009) propôs seis dimensões da sustentabilidade, ampliadas para oito ao longo do tempo: social, cultural, ambiental, territorial, econômica e, política nacional.

Para o presente trabalho, serão adotadas as seguintes dimensões da sustentabilidade: Social, Ecológica, Econômica, Política Nacional e Psicológica. Essa seleção se justifica porque tais dimensões tiveram, no entendimento dos presentes pesquisadores, melhor correlação com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que será abordado em um outro momento no presente estudo.

Nesta perspectiva, se faz necessário também trazer à tona a existência do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), cujas instituições públicas devem implementar, conforme Decreto 7.746 de 2012, que estabeleceu diretrizes para a “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” no âmbito da administração pública federal. Na UFCG, o primeiro PLS foi publicado para o quadriênio 2020-2024, ou seja, encontra-se em processo de implantação.

2.3 O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

O SEI é uma plataforma em software livre criada em 2009 por servidores da área de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4), sem custos para a administração pública, “que permite transferir toda a gestão de documentos e processos eletrônicos administrativos para um ambiente virtual. Com a ferramenta, a tramitação de expedientes, desde a criação, edição, assinatura, até o armazenamento, é realizada por meio eletrônico.” (TRF4, 2014).

Atualmente o SEI é utilizado por muitos órgãos públicos em todo o país. Para isso contribui o fato de o direito de uso da plataforma ser cedida gratuitamente pelo TRF4 para outras instituições públicas desde 2010, fato que gera economia e uniformidade nas ações de Governo Eletrônico em todo País. (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, 2019)

Dessa forma, a Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira do Conselho Universitário, da UFCG, lançou a Resolução nº 02/2016 da UFCG, instituindo o SEI como o sistema de processo eletrônico administrativo da instituição. Posteriormente, a UFCG lançou a Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018, em cujo artigo 1º instituiu o SEI, “criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, denominado SEI-UFCG, como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos, de uso obrigatório, no âmbito da UFCG.” (UFCG, 2018)

Com a utilização do SEI para tramitação de processos e documentos, o papel foi substituído e muitos são os benefícios esperados: redução de custos com material de escritório (principalmente papel), cópias e impressões, transporte e postagem de documentos, e redução de custos com espaço para armazenamento de papel; conformidade entre os tipos de processos; diminuição no tempo de tramitação dos processos; fim de extravio de processos e documentos; e acesso à informação.

Na UFCG o SEI passou por uma fase de implantação e foi disseminado de forma paulatina, concomitante aos processos físicos. Mas foi somente em 2020, com o início da pandemia do Coronavírus Disease 2019 (COVID-19), quando as atividades administrativas e de ensino na universidade aconteciam de forma virtual, que o SEI passou a ser adotado de forma abrangente.

3 METODOLOGIA

O estudo trata-se de um estudo de caso que buscou analisar as contribuições alcançadas com a implementação do SEI no tocante às práticas sustentáveis no CDSA. Para tanto, adotou-se o método descritivo-exploratório, de modo a angariar os elementos necessários para atender ao objetivo proposto, como também de pesquisa documental e aplicação de questionário estruturado para entender percepção a dos servidores com relação ao impacto provocado pelo SEI no tocante à promoção da sustentabilidade.

Para a coleta de dados haviam aptos havia 118 (cento e dezoito) servidores aptos a responderem ao questionário encaminhado via e-mail institucional. Uma amostra representativa da população de servidores, foi empregada a “Fórmula para o cálculo de amostras para populações finitas” proposta por Gil (2008, p. 97), qual seja:

Quadro 1 – Fórmula para o cálculo de amostras para populações finitas

$$n = (\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N) / | e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q |$$

Onde: n = Tamanho da amostra;

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão;

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica;

q = Percentagem com a qual o fenômeno não se verifica;

N = Tamanho da população; e e^2 =

Erro máximo permitido.

Fonte: Gil, 2008, p. 97.

Utilizou-se quanto à abordagem um estudo quanti-qualitativa para operacionalização dos dados. As pesquisas do tipo quanti-qualitativa, ocorre em virtude de explorar-se qualitativamente a temática sustentabilidade promovida pelo SEI, bem como quantitativamente ao se coletar dados junto aos servidores por meio de questionário.

4 RESULTADOS

4.1 ASPECTOS VOLTADOS PARA A SUSTENTABILIDADE

4.1.1 Dimensão Ecológica

O indicador voltado para a *redução na utilização de papel A4 com a implantação do SEI* foi dentre todas as questões aplicadas no questionário a que mais apresentou respostas positivas 94,6% (n = 88) dos respondentes afirmou utilizar menos papel A4 após a implantação do SEI e apenas 3,2% (n=12) dos respondentes acharam de forma parcial. Silva (2019), em pesquisa realizada junto ao Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre (DMAE) e Nascimento (2017) também identificaram em suas pesquisas a redução no consumo de papel.

Em relação a *redução na utilização de material de escritório com a implantação do SEI*. Para os respondentes, houve redução na utilização de material de escritório com a implantação do SEI (91,4% ou n = 85), indiferente (1,1%) e parcialmente (7,5%).

4.1.2 Dimensão Econômica

A dimensão econômica caracteriza-se pelo uso racional dos meios de produção de modo a causar o mínimo de dano ao meio ambiente.

A *Percepção quanto à redução de custos financeiros ligados ao consumo de papel A4 com a implantação do SEI*, tem-se que 90,3% (n = 84) dos respondentes considera que o CDSA/UFMG reduziu custos financeiros ligados ao consumo de papel A4, apenas 9,7% (n = 9) consideram que a redução foi parcial. Silva et al (2020, p. 256) encontrou dados semelhantes: para a maior parte dos pesquisados, “a economia de papel é o principal impacto positivo decorrente do uso do SEI”.

4.1.3 Dimensão Social

Entende-se dimensão social como a igualdade de condições no acesso a bens e serviços de boa qualidade. A sustentabilidade social pode ser entendida como equidade social e bem-estar.

O indicador *facilidade na abertura e tramitação dos processos administrativos com o SEI*, obteve o seguinte resultado: 87,1% (n = 81) dos respondentes afirmaram que o SEI facilitou a abertura e tramitação dos processos, enquanto 9,7% (n = 9) foi parcial quanto à questão, e 3,2% (n = 3) não acredita que houve facilidade na abertura e tramitação.

4.1.4 Dimensão Psicológica

Para Mendes (2009), a dimensão psicológica reúne a sensação de felicidade que supera o aspecto social, uma vez que a emoção faz parte do inconsciente de cada pessoa.

Bem-estar no trabalho com o uso do SEI por não necessitar manusear processos físicos (propícios ao aparecimento de ácaros e acúmulo de poeira), Para 79,6% (n = 74) dos pesquisados, o SEI melhorou o bem-estar no trabalho por não necessitar manusear processos físicos, propícios ao aparecimento de ácaros e acúmulo de poeira.

4.1.5 Dimensão Psicológica

Para Mendes (2009), a dimensão psicológica reúne a sensação de felicidade que supera o aspecto social, uma vez que a emoção faz parte do inconsciente de cada pessoa.

No tocante ao *bem-estar no trabalho com o uso do SEI por não necessitar manusear processos físicos* para 79,6% (n = 74) dos pesquisados, o SEI melhorou o bem-estar no trabalho por não necessitar manusear processos físicos, propícios ao aparecimento de ácaros e acúmulo de poeira.

4.1.6 Dimensão Política

Na dimensão política, busca-se sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso às informações permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta dimensão (Jacobi, 2003).

O indicador *transparência nos documentos e processos com a utilização do SEI* apontou que 87,1% (n=81) dos pesquisados percebeu mais transparência nos documentos e processos com a utilização do SEI. Assim, verifica-se que o SEI trouxe além da transparência da informação, também publicidade e confiança segundo a percepção dos respondentes. É importante frisar que leis favoreceram essa transparência no serviço público, como a Lei de Acesso à Informação.

5. CONCLUSÃO

É inegável que a adoção do SEI pela UFCG para gerir documentos e processos trouxe muitas melhorias para os servidores, para a instituição como um todo, benefícios ao público e se mostrou ser uma ferramenta sustentável, conforme visto na análise e discussão dos dados. No entanto, muitos arquivos em papel continuam ocupando espaço nas dependências da instituição, fruto do período onde o papel era o principal suporte para veicular informações.

As dimensões da sustentabilidade tratada nesta pesquisa por meio da percepção dos servidores do CDSA/UFCG poderão contribuir como ferramenta de decisão da gestão universitária, buscando otimizar o espaço físico e eliminando ambientes de trabalho cheios de armários e prateleiras abarrotados de arquivos, passíveis ao aparecimento de mofo, ácaros, poeira.

Assim, as contribuições alcançadas após a implementação do SEI no tocante às práticas sustentáveis no CDSA no tocante as dimensões ecológica, econômica, social, psicológica e política contribuiu para a construção de um “novo paradigma científico-tecnológico” para o desenvolvimento sustentável deste Centro de ensino localizado no semiárido paraibano. Em que SEI possui uma boa avaliação por parte dos servidores e foi considerada uma ferramenta sustentável de gestão de documentos.

REFERÊNCIAS

CINACCHI BUENO, D. A.; RODRIGUES, . A. C. Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos: reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. *Acervo*, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 85–108, 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1602>. Acesso em: 7 abr. 2024.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, mar. 2003. p. 189-205. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVA, Valéria Rossi Rodrigues da. **A evolução do conceito sustentabilidade e a repercussão na mídia impressa no país**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil).

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.